

TIRANDO O VÉU: A INFLUÊNCIA DO CAPITAL SOBRE AS ESTRUTURAS DAS DEMOCRACIAS MUNICIPAIS.

TAKING THE VEIL OFF: CAPITAL'S INFLUENCE ON LOCAL DEMOCRACY STRUCTURES

Vanda Maria Martins Souto¹

RESUMO

Este artigo propõe considerações sobre a “Democracia”, problemática central para os marxistas do século XIX. A abordagem tem como objetivo desenhar a influência do Capital sobre as estruturas das Democracias Municipais investigando o conceito de Democracia a partir do materialismo histórico. Assim, a análise não trata somente do deslocamento das relações democráticas impostas pela dinâmica do capital, mas, dialeticamente, coloca no centro da reflexão as contradições e os conflitos das sociedades capitalistas. Desta forma, propomos entender a incompatibilidade da Democracia em sociedades capitalistas articulando a crítica à dinâmica do capital a partir da experiência de uma nova forma democrática na cidade de Fortaleza/CE, a relação entre a execução do Orçamento Participativo com o local trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Capital – Cidade – Democracia – Neoliberalismo.

ABSTRACT

This article raises remarks on “Democracy”, main issue to Marxists in the XIXth century. The proposed approach aims, in a way, to draw the Capital influence on local (municipalities) democratic structures and, in other hand, to investigate the concept of Democracy under a historical materialism framework. Our analysis does not deal only with the changes applied on democratic relations by the Capital's dynamic, but also, in a dialectic view, it focus the conflicts and contradictions of development of capitalist societies as the core of our reflections. Thus, we propose to understand the incompatibility of Democracy in capitalist societies articulating the critics to the capital's dynamic through the experience of a new democratic form in

the city ou Fortaleza/CE, the relation between the execution of the Participatory Budget with the place of work.

KEYWORDS: Capital – City – Democracy – Neoliberalism

INTRODUÇÃO

“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence”. (Bertolt Brecht)

O presente artigo foi elaborado a partir das discussões na disciplina: Trabalho e globalização, do Mestrado em Ciências Sociais, e se propõe a levantar algumas considerações sobre a influência do Capital nas Democracias Municipais. Dessa forma, interessa-nos analisar sua configuração e como vem se materializando a dinâmica das políticas neoliberais na elaboração e planejamento das políticas públicas, assim, propomos analisar a natureza da incompatibilidade da democracia, e articular, a análise teórica com a experiência de construção de democracia participativa na cidade de Fortaleza/CE, tendo como foco: a articulação do Orçamento Participativo com o local trabalho.

O artigo está composto de quatro seções: 1. **O Capital: configurando sua influência nas mudanças estruturais das cidades**, neste item procuraremos demonstrar como se materializaram as estruturas econômicas, social e política nas grandes cidades com o desenvolvimento do capital. Isto é, as causas da transformação e as novas técnicas do século XVIII, que deram origem às grandes cidades industriais¹. Logo após, retomaremos o fio condutor de nosso debate, que é entender e relacionar a dinâmica da cidade capitalista com os mecanismos de

¹ Em que Engels atribui estas mudanças às causas tecnológicas.

participação popular, procurando demonstrar até que ponto estes mecanismos de participação têm potencial de mudança de comportamento político e de produção de nova cultura política. A saber: em que medida os espaços públicos de debates gerados com Orçamento Participativo têm contribuído na organização da classe trabalhadora?

No item dois, **Democracia: compatível ou incompatível com o capitalismo?** O que nos interessa neste item é demonstrar se o capitalismo é - em sua análise final – compatível ou incompatível com a democracia, se por “democracia” entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo (WOOD, 2003). Entendemos que não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo dos sujeitos sociais seja privilegiado em relação à acumulação capitalista. Segundo Ellen Wood, o capitalismo é estruturalmente anti-ético em relação à democracia, em princípio, pela razão histórica mais óbvia: não existiu nunca uma sociedade capitalista na qual não tenha sido atribuído à riqueza um acesso privilegiado ao poder. Capitalismo e democracia são incompatíveis também, e principalmente, porque a existência do capitalismo depende da sujeição aos ditames da acumulação capitalista e às “leis” do mercado. A reprodução social da vida seja em condições básicas, ou dos requisitos de sobrevivência se realizam através da dinâmica mercadológica. Isso significa que o capitalismo necessariamente exclui cada vez mais esferas da vida cotidiana do parâmetro no qual a democracia deve prestar conta de seus atos e assumir responsabilidades. Toda prática humana que possa ser convertida em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático. Isso quer dizer que a democratização deve dar a mão à “desmercantilização”. Mas desmercantilização por definição significa o final do capitalismo (WOOD, 2003). Dessa forma, nos interessa no decorrer do artigo relacionar o processo de construção e materialização do Orçamento Participativo na cidade de Fortaleza/CE, relacionando com incompatibilidade da democracia no capitalismo, e qual o vínculo de articulação dos processos de participação com o local de trabalho.

No item três, **O impacto das políticas neoliberais sobre as políticas públicas municipais (o caso de Fortaleza/CE)** procurará refletir a partir das entrevistas com

o coordenador do Orçamento Participativo e representantes dos Movimentos Sociais, em que medida as políticas neoliberais vêm influenciando no deslocamento dos recursos destinados às políticas públicas direcionadas às classes exploradas. Assim, no decorrer do trabalho abordaremos o tema da democracia participativa e sua íntima relação com a existência e as lutas dos movimentos populares. Pois trata-se de uma tentativa de compreender e localizar o debate e a construção do processo de Orçamento Participativo na Cidade de Fortaleza/CE, gestão PT, dentro de um debate crítico que aponte seus limites e contradições.

Para fins de conclusão, procuramos finalizar o artigo levando em consideração a articulação teórica com a prática política do processo de construção da participação popular na cidade de Fortaleza/CE. Trata-se de uma tentativa de articular o objeto que venho analisando para Dissertação de Mestrado, que tem como tema: *O Orçamento Participativo em Fortaleza/CE: construção de uma nova cultura política?(Gestão PT – 2005-2008 e 2009-2012)*, onde problematizo a cultura política, tendo como centralidade o trabalho com a referência teórica do materialismo histórico. Abordamos no artigo entrevistas concedidas por representantes do poder público e movimentos sociais – MCP² (Movimento dos Conselhos Populares), pois, devido extensão de um artigo não abordaremos a pesquisa em seus detalhes e em sua totalidade, limitando-nos aos aspectos que nos permita discutir e apontar pistas de como as políticas neoliberais têm influenciado no deslocamento das políticas públicas e da cultura política.

² Movimento dos Conselhos Populares – movimento que surge a partir das eleições municipais de 2004. Nasce no bojo da campanha e passa a ser a principal justificativa nos programas de televisão da candidata do PT de governar com os movimentos dos Conselhos Populares. Vale ressaltar que, após eleita, a Prefeita de Fortaleza Luizianne Lins (PT) segue outra orientação em suas articulações políticas.

1 CAPITAL: CONFIGURANDO SUA INFLUÊNCIA NAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DAS CIDADES

Na análise propomos configurar como se materializou o desenvolvimento do capital sobre as estruturas: econômica, social e política nas grandes cidades. Pois, Friedrich Engels ao escrever a obra “A Situação da Classe Operária em Inglaterra” (1845), procura demonstrar como a dinâmica do capital não revela somente um mundo urbano miserável e degradante, mas, que no bojo do desenvolvimento, o “capitalismo industrial na Inglaterra” foi também o espaço das contradições internas dessas novas relações sociais. Engels apontava que os fenômenos urbanos, revelando como ocorria o processo de desenvolvimento, se configuravam transformando os vilarejos em uma pequena cidade e a pequena cidade em uma grande. Para ele, “quanto maiores são as cidades, maiores são as vantagens da aglomeração”, ou seja, ali é o local onde se reúnem todos os elementos da indústria: os trabalhadores, as vias de comunicação (canais, estradas de ferro, estradas), os transportes de matérias-primas, as máquinas e técnicas, o mercado, a bolsa (ENGELS, 1975). Partindo desse mesmo pressuposto, nossa análise não tratará somente das relações entre a cidade e campo, mas, através de uma abordagem dialética, buscará colocar no centro da reflexão as contradições e os conflitos que estão no cerne do desenvolvimento das sociedades capitalistas.

A partir deste contexto histórico de desenvolvimento da sociedade capitalista, é possível verificar que a concentração populacional acompanha a dos meios de produção - há uma dinâmica de rompimento provocada pelo tecido urbano, isto é, ele se prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária (ENGELS, 1975). Assim sendo, a dinâmica do capital vai se configurando em um conjunto de manifestações, daí o predomínio da cidade sobre o campo. Dessa forma, as cidades se desenvolvem a partir do processo histórico do avanço das relações sociais de produção e reprodução do sistema capitalista, que se configurou como o local onde a classe trabalhadora vende sua força de trabalho em troca de salários - a cidade é o local onde se reúnem os elementos históricos da sua formação industrial, daí o

crescimento surpreendente das grandes cidades industriais. Isto nos leva a perceber que um dos elementos do processo migratório das regiões rurais para a cidade são os baixos salários naquelas regiões, conseqüentemente, caso haja concorrência entre a cidade e o campo, a vantagem está ao lado da cidade. Pois é nas grandes cidades que a indústria e o comércio se desenvolvem, ali estão os espaços em que aparecem de forma clara as manifestações e as conseqüências que elas têm para o proletariado. É aí que a concentração de bens atinge seu grau mais elevado, que os costumes e as condições de vida do bom e velho tempo são radicalmente destruídas (ENGELS, 1975). Isto é, tentando esclarecer o passado a partir do atual, o tempo livre para o lazer e os encontros perdem seu lugar para uma lógica perversa da produção e reprodução social da vida, a sobrevivência, a busca de objetivos para que rapidamente se passe a outro (objetivo), numa busca incessante de produção de informações. A lógica do capital toma conta de todas as esferas da vida numa busca insaciável para não acabar nunca de buscar, assim sendo, o homem se torna um sujeito atomizado na dinâmica imposta pelo capital. Portanto, não se trata somente das relações entre cidade e campo na Antiguidade e depois na Idade Média, mas a tentativa de colocar no centro da reflexão do passado esta relação conflitual que se configurou na contemporaneidade, ou seja, é importante que se entenda que o desenvolvimento das políticas de Estado tem uma conexão direta com os interesses do capital. Pois, pensar nos processos participativos da cidade de Fortaleza/CE, a partir de uma gestão pública, é uma tentativa de entender que, com o avanço das políticas neoliberais, materializou-se na prática uma política de “implementação” de demandas para as classes populares. Far-se-á necessário, portanto, no decorrer de nossa análise, trabalhar com o conceito ampliado de Estado³, a fim de investigar em que medida os espaços públicos de debates gerados com o Orçamento Participativo têm contribuído na organização da classe trabalhadora. Assim, nossa análise tem como ponto de partida a compreensão de que o capitalismo das últimas décadas foi dominado pela face mais perversa do

³ A partir do conceito ampliado de Estado de Nicos Poulantzas, em que, para este autor, o Estado era: coerção e arrecadação - em nossa abordagem teórica - sob o olhar do Professor Jair Pinheiro, o Estado seria: coerção, arrecadação, assistência e planejamento.

capital financeiro (capital portador de juros), isto é, pelo capital fictício (MARQUES, 2010).

Dessa forma, interessa-nos entender a realidade que modificou os quadros econômico e político, pois o Brasil não ficou imune às forças que determinaram e movimentaram o mundo que se descortinou com a instalação dessa dominância, ou seja, é parte de nossa proposta de análise problematizar a cultura política⁴, tendo como centralidade o trabalho, e como referência teórica o campo do materialismo histórico, para o entendimento dos processos históricos na sociedade brasileira, e, como recorte epistemológico, a gestão pública municipal do PT – na cidade de Fortaleza/CE, procurando entender até que ponto a cultura política construída nos espaços do Orçamento Participativo tem relação com o local de trabalho, pois Marques (2010) destaca que em qualquer sociedade capitalista o trabalho constitui o principal meio de integração social, e é a partir dele que uma pessoa passa a contribuir no conjunto da acumulação do capital, produzindo mais-valia. Isto é, aqueles que estão fora do mercado de trabalho também contribuem para manter o sistema em funcionamento, assim, no artigo, tentaremos demonstrar até que ponto os processos participativos têm um papel combinado com o ambiente de trabalho.

2. DEMOCRACIA: COMPATÍVEL OU INCOMPATÍVEL NO CAPITALISMO?

A democracia é analisada sob uma perspectiva histórica. Assim, ao buscarmos compreender o conceito de democracia, pensamos ser necessária uma análise da esfera política a partir das determinações econômicas das relações sociais de produção do capitalismo (MARX, 2002), levando em consideração que a constituição organizativa da política está diretamente relacionada com a base

⁴ O conceito de cultura política com o qual se trabalha neste artigo é relativo às possibilidades de transformação econômica e política. Isto é, nos interessa entender a cultura política como reconstrução social, e como vem se materializando a partir dos espaços de participação popular, dentro de um quadro de individualismo crescente alimentado pelo neoliberalismo, dessa forma, qual o potencial que o OP apresenta como uma nova forma de organização social que contribua para romper com a cultura individualista que estrutura o neoliberalismo.

econômica que regulamenta a produção capitalista. Dessa forma, nossa proposta, para além de tentar entender o conceito de democracia, procurará entender como historicamente se desenvolveu a democracia como forma de Estado e como regime político. Trabalharemos com entrevistas concedidas pelo Coordenador do Orçamento Participativo, representantes do governo municipal e MCP, que servirão como subsídios para o entendimento dos processos democráticos, e até que ponto o conceito de democracia se articula com a prática política da cidade Fortaleza/CE.

Nossa proposta, para além de tentar entender o conceito de democracia, procurará entender como historicamente se desenvolveu a democracia como forma de Estado. Segundo Décio Saes (1993, p.23), em qualquer tipo histórico de Estado (escravista, asiático, feudal, burguês), para que a democracia se materialize é preciso que um dado órgão, quando existente, intervenha de fato no processo de definição/execução da política de Estado. Isto é, não basta o Estado abrigar uma Assembleia, onde se reúnem todos os membros da classe exploradora ou os seus delegados, para que haja democracia. É necessário que a assembleia seja capaz de intervir efetivamente no processo decisório e, caso esteja reduzida ao desempenho de um papel decorativo, a forma assumida pelo Estado não é democrática.

A partir das considerações acima, indicamos o “mínimo denominador comum” que caracteriza, genericamente, a forma democrática de Estado, ou seja, o Estado democrático pode variar tanto do grau de abrangência do órgão de representação direta da classe exploradora quanto o seu modo de intervir no processo de definição/execução da política de Estado. É importante ressaltar que a Assembleia pode conceder assento a todos os membros da classe exploradora (configurando-se, nesse caso, a existência de uma “democracia direta da classe exploradora”) ou limitar-se a abrigar alguns delegados ou representantes do conjunto da classe exploradora (a “democracia da classe exploradora” assumindo, nesse caso, um caráter “representativo”). E pode intervir preponderantemente no início do processo de implementação da política de Estado (etapa formal do processo decisório, correntemente definida como etapa de “criação da lei”, “legislativa”) ou, ao contrário, intervir com a mesma eficácia na fase inicial e na fase terminal – “executiva” – do processo de implementação da política de Estado (caso

no qual a Assembleia age como um órgão “legislativo – executivo”, e não como um órgão meramente “legislativo”) (SAES, 1993, p.23). Dessa forma, ressalto que, diante dos limites democráticos e do caráter de classe que representa o Estado, é necessário que se entenda como os processos democráticos se materializam nas disputas de políticas públicas. Embora a classe explorada tenha participação com seus representantes, a decisão final será sempre a favor da classe dominante. Como afirma Ellen Wood, toda prática humana que possa ser convertida em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático. Mas desmercantilização, por definição, significa o final do capitalismo. Assim sendo, podemos perceber a incompatibilidade da democracia no capitalismo.

Outra forma de Estado, simetricamente oposta à democracia, é a ditadura. Marx, Engels e Lênin (MARX, apud SAES, 1993) afirmaram, em várias passagens das suas obras, que “todo Estado é uma ditadura”, querendo com isso dizer que todo Estado é um organismo opressor, capaz de aplicar até mesmo a violência material para garantir a continuidade de exploração do trabalho. Este é o critério para definição de ditadura em seu sentido lato; no sentido estrito, a ditadura serve para designar um padrão de organização interna do Estado simetricamente oposto àquele abrigado sob a expressão da democracia: a não-participação de qualquer órgão de representação direta da classe exploradora no processo de implementação da política de Estado. Isto é, quando isso ocorre, pode-se dizer que o corpo de funcionários automeados coage formalmente, na medida em que monopoliza o processo decisório, a própria classe exploradora; mas isto não impede de desempenhar atividades destinadas a garantir o seu interesse substancial (SAES, 1993). O Estado precisa produzir toda uma visão de mundo, uma cultura, que garanta a sustentação e a legitimação das políticas para serem incorporadas, sejam em favor da classe explorada ou exploradora.

Entende-se, dessa forma, que o capitalismo também transformou de outras formas a esfera política (WOOD, 2003). A relação entre capital e trabalho pressupõe sujeitos livres para comprar e vender sua força de trabalho no mercado, isso reflete na definição de Estado para Thomas Smith (WOOD, 2003) como “sociedade ou bem comum de uma multidão de homens livres reunidos e unidos por

acordos comuns entre si”, ou seja, a ascensão e formação do capitalismo foram marcadas pelo desligamento crescente dos indivíduos com a divisão social do trabalho, houve uma separação das obrigações e identidades costumeiras, corporativas, normativas e comunitárias.

Portanto, pensar a democracia tendo como fundamento a teoria marxista de Estado, isto é, uma coletividade composta em classes sociais contraditórias, preenche a função de assegurar a continuidade da dominação de classe, assim sendo, a democracia pode ser utilizada como mecanismo para indicar uma das formas que a organização pode assumir, bem como as condições gerais que a luta política pode assumir. Dessa forma, nos interessa relacionar a luta política com os o processo de construção e materialização do Orçamento Participativo na cidade de Fortaleza/CE.

3. O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EXECUÇÃO E ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (O CASO FORTALEZA/CE)

Desde os anos de 1980 a transição para o regime democrático foi acompanhada pelo desenvolvimento de novos valores e estratégias políticas que sustentam a renovação institucional no nível municipal (AVRITZER, 2004, 210). A Constituição de 1988 descentralizou a autoridade política, conferindo às administrações municipais recursos suficientes e independência política relativa para reestruturar o processo de produção de políticas públicas. Dessa forma, deu-se início a novos formatos institucionais em que a participação política se amplia através de perspectivas como descentralização da gestão pública, planejamento participativo, fortalecimento das esferas públicas locais, emergência e consolidação do espaço público. Daí a necessidade de entender os processos políticos na atualidade. Para Rosa Maria Marques, a Constituição de 1988 parece estar na “contramão da história”: enquanto nos países europeus se discute sobre o papel do Estado na economia, no campo social e na garantia dos direitos trabalhistas, no

Brasil, pelo contrário, ampliava-se a ação do Estado no campo social. Mas, menos de dois anos foram suficientes para que as medidas neoliberais fossem adotadas – e exatamente pelo primeiro governo brasileiro eleito diretamente pela população brasileira. Assim sendo, uma “ação efetivamente transformadora” no espaço urbano pressupõe discutir a cidade como um todo. Esse argumento é central em diversas críticas às experiências do OP. As práticas de participação popular, como as que constituem o caso ora em estudo, ficam apenas no debate e na deliberação de um pequeno percentual do Orçamento Público Municipal. Assim sendo, é importante entender os reflexos do local como totalidade da cidade capitalista, qual o significado e significativo dos processos de participação na cidade de Fortaleza/CE, pois apontaremos pistas de como vem se materializando o processo de participação popular a partir de entrevistas concedidas pelo representante do governo municipal e pelo representante do Movimento dos Conselhos Populares (MCP). Assim podemos afirmar: Para o *Coordenador do OP*⁵, *essa relação entre o Estado (gestão pública municipal) e sua articulação com os representantes eleitos para o conselho do Orçamento Participativo se materializa da seguinte forma: nem todo o Orçamento Público é debatido, pois, há uma articulação em três níveis: a) o eleitoral (apresentado durante o processo eleitoral no Programa de Governo - resultado do arco de aliança); b) política pública que se articula com o governo do Estado e governo Federal; c) demandas do Orçamento Participativo. Para o Coordenador, todo o Orçamento Público não deve ser debatido no OP. E sim a partir dos cruzamentos dos três níveis políticos, juntam-se as demandas do processo eleitoral com as políticas públicas estaduais e nacionais e as demandas do OP, o Orçamento da cidade deve refletir os diversos espaços das Conferências⁶ que têm a participação dos representantes da população. Daí a Secretária de Planejamento, ao planejar o Orçamento Público, deve cruzar estas demandas (do OP) com as demais que já estão comprometidas, e só depois desta articulação sai o que é destinado às*

⁵ Coordenador da Comissão de Participação Popular (período 2009 aos dias atuais) Órgão ligado ao Gabinete da Prefeita - Administração do PT - Prefeitura Municipal de Fortaleza. Entrevista concedida em 15 de Janeiro de 2011.

⁶ Conferências: Municipal, Estadual e Federal.

demandas do OP, o que hoje corresponde a 500.000.000,00(quinhetos milhões) do Orçamento Público.

O depoimento do Coordenador do OP ilustra bem as contradições do Estado com as demandas do processo de participação popular, ou seja, apenas uma pequena parcela do Orçamento Público é destinada, durante o planejamento, ao que foi debatido pela população. Analisando a entrevista acima, a partir do conceito de Estado de Nicos Poulantzas, em que, para este autor, o Estado era: coerção e arrecadação, em nossa abordagem teórica, o conceito utilizado de Estado se deu em seu sentido ampliado, isto é, o Estado é coerção, arrecadação, assistência e planejamento. Dessa forma, podemos perceber que na disputa real dos recursos públicos por parte dos representantes do Orçamento Participativo e movimentos sociais, estes ficam apenas com pequena parcela que, a priori, foi submetida e planejada pelo governo como quantia disponível para as disputas das demandas do OP. Assim sendo, a disputa do poder político favorece as classes dominantes, já que não há uma disputa real de interesses antagônicos de classe nos espaços das assembleias do Orçamento Participativo. A participação se resume muitas vezes às classes populares exploradas. A classe dominante já tem seus interesses garantidos pelo Estado, afinal, segundo Décio Saes, o regime político são as condições sob as quais, num tipo particular de Estado e dentro dos limites estabelecidos pela forma de que este se reveste, se desenvolve a ação da classe dominante, com vistas a participar, juntamente com os funcionários estatais, do processo de “implementação” da política de Estado. Daí a disputa dos recursos do Orçamento Participativo fica para as comunidades dominadas e exploradas na sociedade capitalista, já que a classe dominante já tem seus interesses e políticas garantidas pelo Estado.

Já para Igor Moreira, do Movimento dos Conselhos Populares⁷, *a ideia e a mobilização inicial para a criação do MCP nasceu no bojo da campanha de 2004⁸ (até antes se considerarmos a primeira tentativa em 2000). Consideramos, afirma*

⁷ Movimento dos Conselhos Populares – Igor Moreira foi um dos animadores do processo de construção do movimento e que continua dirigente até os dias atuais.

⁸ Campanha que elegeu a Prefeita do PT – Luizianne Lins

Igor Moreira, que o processo fundamental para fazer viver o movimento foram as Assembleias Populares nos bairros (por volta de 80), regionais (6), e a Assembleia Popular da Cidade (com 3000 pessoas) em abril de 2005 que consideramos o marco de fundação do MCP. Nestas Assembleias discutíamos a concepção dos Conselhos Populares e a construção de programas de reivindicações imediatas para mobilizarmos a população. Logo quando o OP iniciou já tínhamos um (ou vários) programa de reivindicações e tratamos o OP como um dos canais para realizá-lo. Por isso, no primeiro ano, participamos maciçamente do OP. Mas, paralelamente, desenvolvemos outras táticas que, com o tempo, foram assumindo a proeminência, até o quase abandono do OP pelo movimento. Consideramos importantes os mecanismos de participação popular, como plano diretor participativo, conselhos, co-gestão, OP. Participamos ativamente do PDP⁹, conseguimos conquistas. Porém, a não efetivação das demandas do OP e das conquistas do PDP nos impelem para a ação direta como manifestações e ocupações. Hoje, priorizamos a criação dos conselhos gestores das seis e os conselhos das cidades, dos quais participaremos certamente. Continuamos lutando pela realização de demandas aprovadas no OP de que eventualmente algum conselho popular participa. Não creio que o OP tenha potencial organizador da classe trabalhadora, pois não consegue se constituir como organismo da mesma, suas instâncias estão mais para conselhos de política pública. O processo de educação obviamente é dialético, o OP tem esse potencial, mas como se deu em Fortaleza serviu muito para legitimar lideranças individualistas, às vezes, até contra os movimentos organizados nos bairros; neste sentido, foi obviamente deseducador, até pelo perfil destas lideranças. Por outro lado, a participação ativa da população para ver realizadas suas demandas é importante, desde quando as demandas aprovadas sejam de fato “implementadas”. Há também uma questão importante que é a clareza do método. Sem dúvida alguma, o OP possui um caráter democratizante na relação Estado e sociedade. No caso de Fortaleza, a disputa com o clientelismo político fragilizou o OP, seja pelo esvaziamento deste, seja pela captura do mesmo. Porém, não resta dúvida que, integrado com outros mecanismos de gestão participativa do orçamento público,

⁹ Plano Diretor Participativo – aprovado em 2009.

pode ser um instrumento de disputa dos recursos públicos. Quanto à nova cultura política, entendemos que só o Poder Popular pode ser um marco de nascimento desta, presenciamos isto nesta nova geração de militantes populares que o MCP vem gerando. O OP só pode contribuir com isto na medida em que a gestão tenha uma concepção estratégica para fortalecer a construção do Poder Popular; quando não tem, as instâncias do OP e aqueles que as constroem acabam antagonizando com as instâncias do Poder Popular e seus militantes.

Portanto, no depoimento de Igor Moreira, percebem-se as contradições na relação dos movimentos sociais com o Estado. Como afirma Ellen Wood (2003), o capitalismo também transformou outras formas da esfera política, ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo, há um deslocamento das políticas de Estado que tem uma conexão direta com os interesses do capital. Pensar nos processos participativos da cidade de Fortaleza/CE, a partir de uma gestão pública, é uma tentativa de apontar como o PT vem ao longo dos anos passando por um processo de “transformismo molecular”¹⁰, e, ao mesmo tempo, demonstrar como vem se consolidando, com o avanço das políticas neoliberais, a prática política de “implementação” das demandas populares, como demonstra Igor Moreira na entrevista quando afirma: “(...) a participação ativa da população para ver realizado suas demandas são importantes, desde quando as demandas aprovadas sejam de fato ‘implementadas’”. A crítica feita por Igor somava a necessidade de comprometimento com a realização do que era decidido no OP, assim como a cultura política que ainda permanece fortemente permeada por práticas clientelistas. Parte-se do princípio da cultura política local existente que esteve estruturada nas práticas de troca de favores, dessa forma, percebe-se que mesmo com a mudança da administração municipal, não há uma mudança das estruturas administrativas, e nem das relações entre os representantes do governo com as lideranças que se formaram na cultura clientelista. Outro elemento presente na entrevista é a questão do potencial do OP como mecanismo de organização da classe trabalhadora, e

¹⁰ Para Gramsci “transformismo molecular se realiza quando as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma ‘hegemonia’)”.

elevação do nível de consciência. Gramsci (2004) figura como um dos autores marxistas que mais destacou o papel da formação política na constituição dessa massa revolucionária. Expressão eloquente da tradição marxista, ele ocupou-se ao longo de sua vida da análise das relações entre as condições objetivas do modo de produção capitalista e a organização cultural que movimenta o mundo ideológico, objetivando apreender as determinações histórico-sociais a serem consideradas na preparação da revolução proletária. Assim sendo, fica evidente que os processos de participação popular, ao invés de gerarem espaços organizativos das classes populares, vêm gerando e fortalecendo a cultura individualista, ou seja, a cultura que ideologicamente estrutura e dá sustentação à lógica neoliberal. Numa outra direção, para Gramsci, a “cultura” é algo bem diverso: é organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior. E como nossa análise trata de uma abordagem teórica que se estrutura no materialismo histórico, os processos democráticos devem ser compostos por uma coletividade, em classes sociais contraditórias, ao contrário do modo como vêm se estruturando as práticas participativas na cidade de Fortaleza/CE, que têm contribuído para preencher a função de assegurar a continuidade da dominação de classe. Assim sendo, a democracia pode ser utilizada como mecanismo para indicar uma das formas que a organização pode assumir, bem como as condições gerais que a luta política pode assumir, ou seja, a participação fica muitas vezes restrita às classes populares que fazem a disputa entre si de uma pequena parcela do orçamento público que é direcionada ao OP, já que as classes dominantes já têm seus interesses garantidos pelo Estado.

2. CONCLUSÃO

Para concluir o artigo, levamos em consideração a articulação teórica com a prática política de organização das cidades a partir da dinâmica do capital. Assim sendo, procuramos apontar pistas do processo de construção da democracia participativa na cidade de Fortaleza/CE. Nossa elaboração trata de uma tentativa de

articular o objeto em estudo para Dissertação de Mestrado que tem como tema: Orçamento Participativo em Fortaleza/CE: construção de uma nova cultura política? (Gestão PT – 2005-2008; 2009-2012), com o referencial teórico do campo do materialismo histórico, tendo como centralidade o trabalho. Assim sendo, com este artigo, podemos delinear algumas pistas para entender o processo de participação popular na cidade de Fortaleza/CE, a não “implementação” das demandas debatidas e aprovadas no OP, um dos elementos que vêm gerando o esvaziamento dos espaços do OP e o afastamento do Movimento dos Conselhos Populares. Outro elemento presente são as práticas da cultura política clientelista ainda presente na cultura política brasileira, e que vem se reproduzindo nos espaços de participação popular. Assim, podemos concluir apontando que o OP não vem contribuindo com a elevação do nível de consciência da classe trabalhadora. Outro elemento a considerar é a ausência de uma articulação dos mecanismos de participação com o local de trabalho, como processo de gerar uma cultura organizativa, assim sendo, é preciso questionar até que ponto o OP tem potencial para mudança de comportamento político. O objetivo explícito, então, é mostrar que os processos democráticos devem ser compostos por uma coletividade, em classes sociais contraditórias, dentro do debate dos conflitos sociais e do desvelamento do caráter de classe do Estado, que preenche a função de assegurar a continuidade da dominação de classe. Dessa forma, a democracia pode ser utilizada como mecanismo para indicar uma das formas que a organização pode assumir, bem como as condições gerais que a luta política pode assumir. Ou seja, no caso de Fortaleza/CE, a participação fica muitas vezes restrita às classes populares que disputam entre si o percentual que a elas foi destinado pelo planejamento do governo municipal. Desse modo, não há uma disputa real do poder econômico e político, capaz de apontar para uma nova cultura política que rompa com o individualismo crescente alimentado pelo neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo, Wampler Brian *Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil Democrático* In: Vera Schattan P. Coelho e Marcos Nobre (organizadores) – São Paulo: Ed. 34 Ltda; São Paulo /SP: 2004.

ENGELS, Friedrich, *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Tradução: Anália C. Torres – Porto – Edições Afrontamentos: 1975.

GRAMSCI, Antonio, *Antonio Gramsci*; organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sergio Martins Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARQUES, Rosa Maria e FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Org). *O Brasil sob a Nova Ordem – A economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Editora Saraiva: 2010.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (Prefácio e Introdução).

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo* 4 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2000.

SAES, Décio. *Estado e Democracia: Ensaio Teórico*. 2.edição. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,,1998.

_____. *Republica do Capital - estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. *Democracia*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

WOOD, Ellen Meiksins; tradução Paulo Cezar Castanheira. *Democracia contra o capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial: 2003.

¹ Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Email:

RECEBIDO EM: 29.06.2011
APROVADO EM: 12.07.2011